

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA

MARCIO JOSÉ DE MENEZES REZI

**IMPACTOS DA INTRODUÇÃO DE CONTEÚDOS LIGADOS À EDUCAÇÃO DO
CAMPO E AGROECOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL
DE ENSINO MÉDIO VICENTE GOULART, EM ITACURUBI-RS**

Jaguari

2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI

MARCIO JOSE DE MENEZES REZI

**IMPACTOS DA INTRODUÇÃO DE CONTEÚDOS LIGADOS À EDUCAÇÃO DO
CAMPO E AGROECOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL
DE ENSINO MÉDIO VICENTE GOULART, EM ITACURUBI-RS**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado ao curso de
Especialização em Educação
do Campo e Agroecologia do
Instituto Federal Farroupilha
Campus Jaguari – RS como
requisito para obtenção do título
de Especialista em Educação
do Campo e Agroecologia.

Orientador: Maurício Guerra Bandinelli

Jaguari
2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI

O orientador, Prof. Dr. Maurício Guerra Bandinelli e o pós-graduando Marcio José de Menezes Rezi, abaixo assinados, cientificam do teor do Projeto de Qualificação, do Curso de Especialização em Educação do Campo e Agroecologia

IMPACTOS DA INTRODUÇÃO DE CONTEÚDOS LIGADOS À EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO VICENTE GOULART, EM ITACURUBI-RS

Elaborado por

Marcio José de Menezes Rezi

Como requisito para a obtenção do título de
Especialista em Educação do Campo e Agroecologia

Maurício Guerra Bandinelli
(Orientador)

Marcio José de Menezes Rezi
(Estudante)

Jaguari

2022

IMPACTOS DA INTRODUÇÃO DE CONTEÚDOS LIGADOS À EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO VICENTE GOULART, EM ITACURUBI-RS

Márcio José de Menezes Rezi¹

Maurício Guerra Bandinelli²

Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso constitui-se em uma ação com caráter analítico e reflexivo sobre experiências pedagógicas desenvolvidas pelo acadêmico que, na condição de professor e por meio do desenvolvimento de conteúdos relacionados à Educação do Campo e Agroecologia nas disciplinas de “Idealização e Execução de projetos criativos no campo” e “Produção, sustentabilidade, meio ambiente, análise ambiental e vida no campo”, buscou avaliar os impactos educativos e formativos gerados pela introdução e desenvolvimento destes conteúdos nas respectivas disciplinas. A ação se desenvolveu na Escola Estadual Ensino Médio Vicente Goulart, a qual atende educandos do meio rural e urbano do município de Itacurubi/RS. As atividades propostas compreenderam a realização de oficinas e debates sobre os temas relacionados à Educação do Campo e Agroecologia e a introdução de conteúdos como: permacultura, compostagem, bioconstrução, agricultura orgânica, solos, energia solar e sustentabilidade. O trajeto metodológico contou com análise do processo de desenvolvimento destes conteúdos junta a disciplinas específicas, buscando subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas para as escolas do campo, bem como escolas urbanas que atendem educandos de escolas vindo de escolas de ensino fundamental do campo. Ao fim das ações desenvolvidas, pode-se constatar que os educandos apresentaram uma transformação quanto ao posicionamento sobre as políticas públicas para meio ambiente e, também, na responsabilidade quanto as suas escolhas entre alimentos saudáveis, a sua forma agroecológica de produção, quanto ao modo sustentável ou destrutivo da humanidade ao produzir os seus alimentos. Foi possível verificar também que os desafios para a implementação destes conteúdos no currículo escolar ainda são imensos. Porém, cabe a nós educadores da área de Educação do Campo e Agroecologia trazer a baila estes temas e tensionar o seu debate nos ambientes escolares, para que assim, crie-se o espaço de discussão e transformação da realidade.

Palavras-chave: Educação do Campo; currículo escolar; sustentabilidade.

¹ Acadêmico do Curso de Especialização em Educação do Campo e Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Jaguari. E-mail: marciomenezesrezi@gmail.com

² Professor Orientador, da área de Agronomia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Jaguari. E-mail: mauricio.bandinelli@iffarroupilha.ed.br

1 Introdução

Os debates sobre a Educação do Campo (EdoC) e a Agroecologia, são pautas dos movimentos sociais ligados ao campo no Brasil, e começaram a receber mais destaque no meio acadêmico nas últimas duas décadas. Nesse contexto onde a sustentabilidade e a defesa do equilíbrio ambiental, como a manutenção dos ecossistemas, bem como o modo de produção de alimentos começa a ser debatidos dentro das Universidades e Institutos Federais, tanto a EdoC quanto a Agroecologia buscaram conquistar seu espaço como alternativas para a mudança de paradigmas educacionais e produtivos do campo, numa perspectiva de valorização dos conhecimentos do homem campestre, bem como, de outros povos tradicionais. Valorizando os saberes intrínsecos, a cultura de cada povo e a forma de conduzir a produção de alimentos saudáveis de forma sustentável, em que a produção de alimentos não ser realizada às custas da destruição das florestas, extinção de animais, poluição de nascentes e rios, bem como da destruição de ecossistemas inteiros.

A Educação do Campo constitui-se em uma nova epistemologia didática pedagógica que surgiu apoiada pelos anseios de movimentos sociais, principalmente Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Um dos papéis, da função de nortear o modo de ensino para as populações camponesas e sua relação com o Planeta, bem como de atuar como uma forma de resistência a um modelo impositivo e danoso à cultura e modo de vida dos povos tradicionais, como aponta CALDART (2012), em que afirma que a EdoC possui um viés de resistência e luta de classe uma vez que:

Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela. (CARDART, 2012, p. 263)

Neste sentido, a EdoC busca corrigir a ruptura causada durante a evolução da tecnologia, na qual em nome do mercado e do lucro desenvolveu-se um sistema de produção agrícola nos moldes industriais, através do uso de técnicas que envolvem a cada dia mais o incremento de agrotóxicos. Que causam a destruição dos Biomas do planeta, destruição de florestas, nascentes, rios, extinguindo animais e causando miséria, pestes, doenças que nos afetaram cada vez mais. A EdoC busca também,

debater sobre e corrigir o sistema de produção e a relação desastrosa do homem com a natureza.

No intuito de refazer a aliança com o meio ambiente, resgatando a cultura e os saberes produzidos antropologicamente pelos povos tradicionais e, por todos os povos que vieram colonizar estas terras, a EdoC e a Agroecologia mostram-se como fontes de aportes teórico fundamentais para promover uma nova forma de relacionamento das pessoas com o ambiente onde vivem, conforme aponta Assunção, (2020).

O Paradigma da Educação do Campo oportuniza progredir para uma educação que se baseie na produção da vida e na consciência de classe, capaz de se contestar à educação hegemônica e enfrentar as políticas do imperialismo, forjando um movimento de professores e estudantes a partir dos pressupostos da teoria e da prática como parte do processo de evolução de uma nova democracia. Assunção (2020, p.25).

Ao longo da trajetória histórica do Brasil, muito do que se tinha da cultura dos povos tradicionais foi se perdendo, em virtude da sobrepujança de outras culturas e por força de interesses econômicos. A revolução verde foi um destes acontecimentos na história da agricultura brasileira, que prometiam trazer a riqueza ao campo. Porém, seus métodos causaram destruição dos ecossistemas, através de impactos negativos em função do desmatamento e uso desmedido de agrotóxicos e do uso de práticas agrícolas pouco conservacionistas, que culminaram com a contaminação de rios e lagos e a perda da biodiversidade. Esse modo de agricultura foi o berço para o que hoje conhecemos como “agronegócio”, que gera muita riqueza e ajuda significativamente na economia brasileira, mas que por outro lado se dá a custas de um alto preço ambiental.

Entretanto, as pressões dos consumidores conscientes, que buscam cada vez o consumo de alimentos livres de agrotóxicos, tem contribuído na atualidade para uma mudança de paradigma de consumo e, por consequência, produtivo. Gradativamente os agricultores familiares vem se organizando em redes agroecológicas procurando obter certificação de produtos orgânicos para comercialização de suas produções. Exemplo disto é a rede EcoVida de certificação de produção orgânica. Uma associação que, por meio da certificação participativa, vem ampliando a produção de alimentos orgânicos, produzidos de forma sustentável e socialmente justa. Aliado a isto, muito conhecimento está sendo ressignificado e muitas formas de ensino estão

sendo reinventadas atualmente através da valorização dos conhecimentos camponeses, apoiados pela luta de movimentos sociais e pelos estudos científicos.

Nesse cenário, entende-se que a escola configura-se em um espaço fundamental para alerta e debate sobre o que vem acontecendo é o rumo que a humanidade está caminhando com suas ações. E mais especificamente a escola do campo constitui-se em um local propício ao debate quanto à reprodução da lógica mercadológica que ocultamente vem se reproduzindo nestes espaços. Pois a educação é via mais poderosa para a conscientização das gerações, as quais podem iniciar essa mudança.

Vislumbra-se então, que a Educação do Campo, amparada pelos conhecimentos agroecológicos, no contexto escolar, pode criar condições para dar o aporte científico e social para introduzir nas escolas uma visão sistêmica, holística, filosófica, social e cultural, principalmente como uma visão de sobrevivência humana planetária. Assim, pensando nas possibilidades de transformação que a educação nos possibilita em relação a mudança na forma de pensar e se relacionar com o meio onde se vive. Bem como, o contexto em que se pretende desenvolver ações impactantes para a vida dos alunos é que este trabalho surge.

Contextualizando o local onde a ação foi protagonizada, é importante destacar que a Escola Estadual de Ensino Médio (E.E.E.M.) Vicente Goulart está localizada dentro do perímetro urbano do município de Itacurubi-RS. Um município que tem por características a forte influência do setor primário, pautado na produção agropecuária, atualmente com valorização das commodities, em especial a soja, que vem ocupando áreas antes ocupadas somente pela criação de gado. Neste cenário observa-se também que as pequenas propriedades diminuíram muito e a população vem migrando para a cidade. A única resistência encontra-se em um assentamento da reforma agrária, formado por 150 lotes, que de acordo com dados informais, destes apenas 70 lotes estão produzindo de forma diversificada, enquanto os demais estão arrendados para o monocultivo de soja.

A escola E.E.E.M. Vicente Goulart conta com 300 alunos regularmente matriculados. Recentemente, no ano de 2021, por conta da reestruturação do ensino médio houve a alteração do currículo escolar. Por estudos feitos na rede pública municipal e estadual junto aos professores e a força de movimentos da comunidade, foram introduzidas no currículo da escola disciplinas que possuem um viés para o ensino de questões relacionadas ao campo. Como por exemplo a disciplina de

“Produção, sustentabilidade, meio ambiente, análise ambiental e vida no campo” e a disciplina “Idealização e execução de projetos criativos no campo”. Estas disciplinas apresentam em sua ementa conteúdos relacionados ao contexto agroecológico, citando-se os conteúdos de: agroecologia, produção animal, produção vegetal, manejo do solo de modo adequado, técnicas de produção agroecológica e orgânica, sementes crioulas, fontes alternativas de produção de energia entre outros. Constituindo-se assim, em um espaço muito valioso para o desenvolvimento dos princípios da Educação do Campo e da Agroecologia no contexto do ensino.

Como o projeto político pedagógico ainda não está oficializado, a escola encontra-se em fase de implementação das mudanças sugeridas, ou seja, as transformações estão em curso. Porém, levando em conta que a escola tem dever primordial de alavancar as mudanças que causaram ruptura do paradigma da sustentabilidade dos meios de produção de alimentos e da cultura, podemos considerar que a caminhada foi iniciada neste espaço de ensino. Que mesmo não estando situado no campo, possui uma relação direta com o mesmo. Assim, faz-se necessário trabalhar de uma forma bastante profunda as concepções da Educação do Campo e Agroecologia, como forma de demarcar e consolidar o espaço criado para tais temas no currículo da escola.

Deste modo, motivado pela minha atuação como docente nesta escola, e ligações com questões relacionadas ao campo e meio ambiente proporcionadas pela formação minha em Biologia, venho pontuar a vivência de um processo de introdução do viés agroecológico e de sensibilização dos educandos no ensino, procurando mostrar a importância da introdução da Educação do Campo e da Agroecologia no plano pedagógico da escola. Lutando sempre contra os escassos recursos, bem como da carência na formação dos educadores em relação aos temas de Agroecologia e Educação do Campo.

Assim, o presente trabalho relata e discute os impactos educativos e formativos gerados pela introdução de conteúdos vinculados a Educação do Campo e Agroecologia em disciplinas do currículo escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Vicente Goulart no município de Itacurubi/RS.

2 Revisão de literatura

O sonho de poder introduzir princípios da Educação do Campo e da Agroecologia na escola, com uma nova visão da relação do homem com a natureza, de como cuidar o solo, as florestas, as nascentes, os rios, para produzir sustentavelmente, mantendo a natureza livre de venenos e esgotos, pode parecer utópico para a lógica do mercado e do capital atualmente posta. Mas a introdução destes temas a partir de ações interventivas em espaços educativos, mesmo que parecendo insignificantes perante a lógica educacional atualmente vigente, possuem, no longo prazo, grande potencial para a transformação do pensamento e das ações por aqueles que tem a possibilidade de vivenciar os debates e praticar ações que se configurem como uma ruptura de paradigmas pré-concebidos em nossa trajetória formativa e educacional da atualidade. Indo ao encontro do que debate Gomes (2010) com relação a soberania de um povo, onde o autor comenta que:

A história está a exigir de nós que enfrentemos alguns desafios cruciais que, em vão tentamos superar há décadas. Primeiro que tudo, reformar nossa institucionalidade para criar aqui uma sociedade de economia nacional e socialmente responsável, a fim de alcançarmos uma prosperidade generalizada a todos os brasileiros. O caminho para isso é desmonopolizar a propriedade da terra, tirando-a das mãos de uma minoria estéril de latifundiários que não plantam nem deixam plantar. Eles são responsáveis pelo êxodo rural e o crescimento caótico de nossas cidades e, conseqüentemente, pela fome do povo brasileiro. Fome absolutamente desnecessária, que existe e só amplia porque se mantém uma ordem social e um modelo econômico composto para enriquecer os ricos, com total desprezo pelos direitos e necessidades do povo. Simultaneamente, teremos que derrubar o corpo de interesses que nos quer manter atados, servilmente, ao mercado mundial, exigindo privilégios a estrangeiros e a privatização das empresas que dão ser e substância à economia nacional, para manter o Brasil como paraíso dos banqueiros. Não se trata de criar aqui nenhuma economia autárquica, mesmo porque nascemos no mercado mundial e só nele sobreviveremos. Trata-se de deixar de ser um reles proletariado externo para ser um povo que exista para si mesmo, ocupado primariamente em promover sua própria felicidade. (Gomes, 2010, pg.129-130).

Para Altieri (1995), a Agroecologia é a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar os agrossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com melhores níveis de sustentabilidade. A Educação do Campo, por sua vez, como afirma Silva (2004), configura-se como toda ação desenvolvida junto aos povos do campo, incorporando os povos e o espaço da floresta, das minas, da agricultura, os pescadores, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas

populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida.

O modo como o homem relaciona-se com a natureza para viver e produzir é a única forma viável de sustentabilidade e, a escola, em especial a do campo, é a via pela qual se poderá se tornar possível. Mas para isso, a Educação do Campo e Agroecologia necessitariam ser introduzidas no currículo formal. Porém, isto depende de vontade política, e sabe-se que temos o agronegócio como uma barreira para a implantação de processos educativos pautados em modelos que se configurem como antagonistas, por a não seguir a lógica mercadológica atual de produção de alimentos, de interação com solo, com os recursos hídricos e naturais em geral.

A Educação do Campo configura-se como libertadora, pois traz como um dos princípios o incentivo a formulação de projetos político-pedagógicos específicos que estimulem o desenvolvimento das unidades escolares em diversos fatores, entre eles o estudo direcionado para o desenvolvimento social, ecologicamente justo e ambientalmente sustentável. Conforme é possível verificar no decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (BRASIL, 2010):

Entre os princípios da Educação do Campo encontra-se o incentivo a formulação de projetos político-pedagógicos específicos que estimulem o desenvolvimento das unidades escolares em diversos fatores, entre eles o estudo direcionado para o desenvolvimento social, ecologicamente justo e ambientalmente sustentável (BRASIL, 2010).

Nesta perspectiva, a Educação no Campo, juntamente com Agroecologia, busca contribuir para a proposição de um outro mundo possível, semeando uma filosofia nova nesse momento. Procurando, ressignificar a cultura e tradições aliados aos conhecimentos dos antigos povos que aqui viviam. Visto que se busca uma nova forma de ver e agir de acordo com a natureza, de modo o mais sustentável possível.

No contexto das escolas do campo, há de se primar pela adequação curricular para atender as demandas daqueles (moradores do campo), que se valem deste espaço para sua formação educacional básica. Pois o relacionamento contínuo e flexível com a comunidade favorece a compreensão dos fatores políticos, sociais, culturais e psicológicos que se expressam no ambiente escolar (BRASIL, 1997, p. 43).

O ambiente escolar, no contexto atual, por vezes tem reproduzido a lógica do mercado e em nada ou muito pouco questiona este modelo posto. O currículo nacional

é engessado, sendo ainda impactado pela falta de capacitação dos professores defasados e poucos conscientes do seu real papel na educação. Atuando pedagogicamente com meros reprodutores de um conhecimento muitas vezes já defasado. Como aponta Zanten (2000) APUD Nunes (2010):

O discurso neoliberal pode parecer sedutor, impregnado as políticas globalizadoras e projetos semelhantes em vários países. Não podemos esquecer, no entanto, que tais políticas e projetos não são propriamente idênticos...até a sala de aula não podem ser menosprezados. Talvez fosse oportuno considerar não propriamente a globalização das políticas educacionais, mas na sua hibridização (Zanten, 2000, APUD Nunes (2010) p. 56).

O que se busca, conforme observa-se na literatura, é poder fazer uma interferência na acomodada base curricular da escola, em que estão inseridas ideais liberais e trazem uma nova perspectiva de um paradigma diferente, onde de acordo com NUNES (2010 pg.57):

O que se espera da pesquisa em educação nesse momento é que se transforme em problema o que é tomado como fato estabelecido, distinguindo expectativas de comportamentos (políticos, sociais, culturais e pedagógicos) de desempenhos efetivos, sacudindo a atitude acomodada, pouco ou nada crítica, dedicada exclusivamente aprimorar... cabe à pedagogia da pesquisa recusar o monopólio do pensamento crítico em qualquer instância e difundir atitude crítica para toda a vida social. Assim, entendo, se define a militância do pesquisador. (Nunes, 2010 pg.57)

Este desafio esbarra, muitas vezes, na dificuldade de pôr em prática o que já é previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que são os norteadores sobre as ações curriculares nas escolas através do projeto político pedagógico e seu conteúdo programático (BRASIL, 2001), onde em seu artigo 47 postula que:

Um ensino de qualidade, que busca formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la, deve também contemplar o desenvolvimento de capacidades que possibilitem adaptações às complexas condições e alternativas de trabalho que temos hoje e a lidar com rapidez na produção e na circulação de novos conhecimentos e informações, que tem sido avassaladoras e crescentes. A formação escolar deve possibilitar aos alunos condições para desenvolver competência profissional, mas não restringir-se ao ensino de habilidades imediatamente demandadas pelo mercado de trabalho (BRASIL, 2001).

Neste sentido, o diferencial de uma educação pautada na Educação do Campo e na Agroecologia está no fazer, no modo de viver com o meio ambiente e no modo de produzir alimentos, todos sob os aspectos sustentáveis. O que vai ao encontro que do que afirmam SILVA; PRADO (2017) em relação às necessidades dos educandos com origem no campo:

...os educandos do Campo necessitam de práticas educativas distintas daquelas que são praticadas no meio urbano. Eles, provavelmente, desejam obter novas informações que se relacionem com as já existentes em sua estrutura cognitiva, o que se configura em uma aprendizagem significativa. A participação deles no processo de ensino como seres ativos, com uma postura crítica sobre a realidade, é fundamental e tudo deve ser considerado e aproveitado em todas as etapas da aprendizagem. (Silva e Prado, 2017, p.148)

Porém, a implementação de um currículo com viés da Educação do Campo e Agroecologia esbarra nos aspectos legais, visto que não é algo previsto no currículo nacional comum. Ficando atrelado as abordagens possíveis em disciplinas presentes nos projetos políticos pedagógicos (PPP) das escolas, no limite de até vinte e cinco por cento (25%) do conteúdo. Porém, ainda que haja esta brecha legal, esbarra-se também na dificuldade relacionada a formação do corpo docente. Que por vezes desconhecem temas como Educação do Campo e Agroecologia, ou mesmo a forma de abordá-los, pois os próprios cursos superiores de faculdades, tanto públicas como privadas, não abordam estes temas na formação de professores. Muitas vezes, ainda reforçado pelo caráter elitista da educação brasileira. Esta percepção reforça o que apontam Amaral; Mateus (2022), onde relatam que:

Sendo a Educação do Campo um fenômeno da realidade brasileira atual que tem como protagonista originário os trabalhadores do campo e suas organizações. Considerando ainda que apresenta um conceito em construção e se constitui como um campo em disputa, promover pesquisas e discussões em torno do objeto de estudo “concepções de Educação do Campo”, se configura como ação estratégica na consolidação desse campo do conhecimento, com impactos teóricos e práticos. (Amaral; Mateus 2022, pg. 19)

Urge, portanto, necessidades pontuais e também no coletivo de sujeitos com visão transformadora e determinação para resistir à destruição das políticas públicas. Isso implica na adesão de educadores, educandos, agricultores familiares, poder público e movimentos sociais, imbuídos do desejo e compromisso com a concretização de uma educação em favor da formação humana emancipadora para os trabalhadores e as trabalhadoras do campo. O Brasil tem procurado não seguir as políticas das propostas da Educação do Campo e Agroecologia e continua a reproduzir a realidade já posta pelos mercados mundiais elaboradas pela ONU, Organizações das Nações Unidas para garantir e atrair investimentos internacionais, mesmo as custas de subordinação sem as mínimas exigências ambientais e trabalhistas.

A constituição somente não é garantia de que os direitos sejam implementados, não sendo assim simplesmente garantido que cada cidadão de que tenha seus direitos sejam garantidos. Infelizmente a verdade é que as políticas públicas voltadas ao povo estão sob controladas pelo terceiro setor que mascaram a realidade e, assim, excluem o povo da oferta de uma educação de qualidade, bem como negligenciam a implantação da educação do campo e agroecologia, para privilegiar o mercado, relegando o povo, deixando a margem dos direitos, ficando apenas com os deveres. Ou seja, ficam com ônus de uma política ocultação dos direitos extremamente de exclusão. Na verdade, a constituição não acaba sendo efetivada na vida dos cidadãos brasileiros, devido os currículos brasileiros não trabalharem efetivamente a emancipação cidadã. Existe um aparelhamento do estado para isso e nem precisamos citar a educação e o chamado terceiro poder é que desempenha esse papel.

A mídia brasileira não faz o papel de revelar a verdade, ela não orienta, não denuncia, pelo contrário ela atua de maneira a manipular os fatos e não revelar a verdade. Produzindo uma falsa realidade para beneficiar as políticas neoliberais e manter o coletivo de político que os defendem e também as mantem com verbas públicas. A conjuntura neoliberal influencia até nas universidades, e nos currículos de formação de docentes para mudar. Até mesmo na estrutura das universidades públicas, retirando a autonomia. Já no setor de ensino privado essas políticas neoliberais nadam de braçada e também as políticas de privatização e criação de novas faculdades particulares.

A política de desvalorização de educação, começa com a precarização dos salários, ficando como responsável pelo baixo desempenho os docentes, e a escola nunca recebe os recursos para a sua estruturação, segue as mesmas diretrizes.

Observa-se muitas pessoas atribuindo o fracasso da educação a esquerda especialmente o ícone brasileiro da educação, o honradíssimo saudoso Paulo Freire, que teve orientação política de esquerda e elaborou o método de educação de jovens e adultos em 45 dias, e que foi perseguido pela ditadura militar, exilado e tem reconhecimento internacional. Mas a educação brasileira não é terra arrasada, acredito que: o que não deu certo tem como causa o sistema que está hoje em crise. Sendo herança da última grande reforma durante a ditadura militar, que organizou o ensino em todos os níveis e que está posto no ensino fundamental, médio e no superior tal e qual perdura até hoje com poucas mudanças. Injustamente se atribui a

Paulo Freire, pois até hoje ele não figura no currículo nacional comum ou como método Paulo Freire, a sua aplicabilidade e as causas das falhas, e as péssimas colocações nas avaliações internacionais quando comparado aos sistemas de outros países esta reforma que aconteceu via MEC-USAID baseadas na escola de Chicago dos EUA.

Um dos motivos da Educação do Campo e Agroecologia serem ignoradas e não encontrar espaços nas escolas, é por terem surgido do seio popular. Originada nos movimentos sociais, mas justificada como verdadeira proposta educacional brasileira para o campo. Além da crise educacional, que aumenta a cada dia, a crise ambiental e crise na segurança alimentar também se instauraram, fruto de um apagão moral que se abateu sobre o Brasil. Como vimos nos setores judiciário e político do Brasil, ações da lava jato, aliançada entre os corruptos da justiça e da política a serviço da expropriação da riqueza a serviço dos interesses dos investidores internacionais interessados em ampliar a exploração e submissão da nossa economia brasileira. Aumentando assim a espoliação da população, bem como o empobrecimento para sedimentar e manipular a opinião pública. Neste cenário, a Educação do Campo e Agroecologia tem a missão de denunciar em todos os aspectos esses acontecimentos, pois elas são emancipadoras em todos os sentidos, pois não podem estar dissociadas da realidade em que a nação está inserida.

A fome econômica se abate sobre o povo, se transforma em problema sociais que afeta a população mais pobre, na saúde, emprego, moradia e principalmente na falta de alimentos e assim causa a fome, resultando na crise alimentar. Todo esse tema acima corrobora com Rodrigues; Souza (2022).

A política UNESCO mostra que esse órgão tem a preocupação com as políticas públicas dos países em desenvolvimento, em que a revolução verde está posta ou consolidada e implicações do processo de expansão do neoliberalismo na formação inicial docente: uma análise a partir dos documentos da UNESCO. Consideramos que a reforma do Estado bem como a administração gerencial apresentam influências significativas nas estruturas conjunturais suscitadas pelos organismos internacionais por meio da instituição de “pilares” que subsidiaram as ações de compreensão dos processos educacionais, sendo que esses refletiram no modelo de novas formas administrativas pautadas nos conceitos de descentralização, avaliação, e ampliação do acesso às parcerias público-privadas. Fatores que ocasionam o enaltecimento oportuno de situações para elevar o surgimento e efetivação do terceiro setor, por meio da expansão de fundações advindas da iniciativa privada com ações voltadas para a educação.

Quanto aos documentos oficiais resultantes das conferências de Dakar e Incheon, observa-se que há um consenso sobre os olhares para a educação e conseqüentemente para a formação docente dos países, em especial os subdesenvolvidos. Verifica-se que há uma valorização das parcerias público privado na educação, por meio da privatização, terceirização e o

terceiro setor, a promoção da educação guiada pela e para as tecnologias, além da formação docente aligeirada, centrada nos constructos de fortalecimento das habilidades profissionais que atendam primordialmente as demandas do trabalho e da economia. Ações que consideramos resultar numa desvalorização das instituições educacionais, bem como na precarização da formação inicial docente e humana dos futuros professores envolvidos nesse processo. (Rodrigues; Souza 2022, p.15).

Nesse sentido, vale afirmar a divulgação massiva que a mídia vem fazendo sobre o estado mínimo, como uma resposta para os problemas do Brasil, mas que oculta verdadeiras intenções. A preocupação em economizar e melhorar a prestação de serviços públicos, como investimentos na educação como gasto, um tipo de ônus a sociedade, não tem a preocupação com a melhora na aplicação dos serviços por parte do estado. A verdadeira pretensão é a omissão do estado na manutenção de educação pública, como cobrança de mensalidades nas universidades públicas, diminuição de verbas para ampliação e manutenção de cursos. A adoção de políticas de corte de gastos, teto de gastos, os investimentos na saúde pública acabam congelados por 20 anos. Porém, o governo arrecada cada vez mais imposto e distribui na forma de emendas parlamentares do orçamento secreto aos aliados políticos e beneficiando os neoliberais, e com isso aprofunda, ainda mais a exploração e miserabilidade do povo e a decadência dos serviços públicos. Assim, o estado quer se eximir de responsabilidades como os contribuintes, mas não quer fazer reforma e continua na prática de cobrança de impostos mais altos dos mais pobres e de conceder os privilégios aos mais ricos.

Essas políticas neoliberais esfacelam os direitos civis e tornam nossa democracia, nossa sociedade de conservação de direitos ao mercado, aos neoliberais, que ficam com o bônus. Essa oligarquia hierarquiza e persegue as classes populares, concedendo privilégios a elite, roubando o direito de igualdade dos brasileiros. Esse estatuto quo polariza entre o povo e a elite, onde o povo tem seu estado de direito destruído pelo golpe neoliberal nos direitos democráticos escritos na constituição. O povo contribui com a riqueza, mas não se beneficia ficando apenas com migalhas. O povo perdeu a soberania popular, um país dividido, em que não produz cidadania, mas sim riqueza, novos ricos. No Brasil tem-se a inversão e os direitos sociais dissolvidos em privilégios a elite, onde os direitos são suprimidos ao acesso ao povo, o neoliberalismo trata o estado como empresa, e tem nos políticos gestores não seus representantes o que faz com que o estado de direito diminua suas obrigações, com a extinção das universidades públicas. Contudo a concepção

neoliberal destrói a construção da democracia e o estado de direito. Estamos assistindo a destruição dos direitos trabalhistas, dos direitos previdenciários, dos direitos a educação, com a privatização do ensino superior, da escola pública de ensino fundamental e médio. Hoje o desafio é monumental e precisamos urgentemente retornar ao estado inicial.

Não dá mais para aceitar essa democracia no Brasil, em que dobraram a constituição aos interesses neoliberais, que apregoam o estado mínimo, em que se retiram direitos civis previstos em constituição, resumida a um estado que violenta os direitos dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social e polariza de um lado o povo carente de direitos sociais e de outro, a elite que a cada dia se enche de privilégios. No entanto, não se pode encolher os espaços de direitos sociais e deixar alargar-se os interesses de mercado com as privatizações. Precisamos acabar com os privilégios absolutos da elite brasileira que tornou o estado liberal, pois está afetando a sobrevivência do povo que se vê cada dia mais empobrecido e esquecido, enquanto que as elites ampliam seus privilégios.

As dificuldades para aplicação da Educação de Campo e Agroecologia em nível nacional são devidas estas serem contrárias as políticas neoliberais, que já povoam todas as ações dos órgãos ministeriais do governo federal, amplamente apoiadas pelo agronegócio brasileiro. Para galgarem êxito, a Educação do Campo e Agroecologia teriam de ser primeiramente incluídas nos currículos universitários, como obrigatória na formação docente. Em segunda, fase, ser incluída no currículo nacional comum para que escolas mistas entre o meio rural e urbano, ou rurais adotassem currículo próprio da Educação do Campo e Agroecologia. O reconhecimento em lei deverá ser feito através da aprovação e sanção de leis, devido o Brasil ser um país em que a maioria dos municípios são pequenos e tem sua economia baseada na produção agropecuária. Assim, naturalmente deveria haver uma escola com projeto político pedagógico voltado para os problemas do homem do campo. E nesse aspecto, a Educação do Campo e Agroecologia, viriam a contribuir para a transformação da realidade educacional nestes espaços.

3 Metodologia

O presente trabalho de conclusão de curso constitui-se em uma ação com caráter analítico e reflexivo sobre experiências pedagógicas desenvolvidas pelo acadêmico que, na condição de professor junto a Escola Estadual de Ensino Médio Vicente Goulart no município de Itacurubi/RS, por meio do desenvolvimento de conteúdos relacionados à Educação do Campo e Agroecologia nas disciplinas de “Idealização e Execução de projetos criativos no campo” e “Produção, sustentabilidade, meio ambiente, análise ambiental e vida no campo”, onde buscou avaliar os impactos educativos e formativos gerados pela introdução destes conteúdos nas disciplinas, ministradas para alunos do segundo e terceiro ano do ensino médio.

A trajetória da ação analisada e pautada neste documento compreende o período de março de 2022 a novembro de 2022, onde o docente desenvolveu conteúdos relacionados à Educação do Campo e a Agroecologia junto a alunos do segundo terceiro ano da Escola. Sendo que os apontamentos aqui trazidos pretendem fomentar a discussão sobre os impactos educativos e formativos gerados pela introdução destes conteúdos nas disciplinas de “Idealização e Execução de projetos criativos no campo” e “Produção, sustentabilidade, meio ambiente, análise ambiental e vida no campo”, que compõem o currículo escolar do Ensino Médio da Escola.

Nesse sentido, para adentrar ao tema, a primeira etapa do trabalho constitui-se na pesquisa bibliográfica sobre o Agroecologia e Educação do Campo, de modo a subsidiar as discussões acerca dos temas a serem abordados nas atividades que seriam desenvolvidas junto aos alunos. A segunda etapa foi pautada na discussão sobre o que foi trabalhado e produzido durante o desenvolvimento de ações pedagógicas formativas no âmbito das disciplinas de “Idealização e Execução de projetos criativos no campo” e “Produção, sustentabilidade, meio ambiente, análise ambiental e vida no campo” as quais foram ministradas nas turmas do segundo e terceiro ano da escola Vicente Goulart. A metodologia teve seu desenrolar dentro dos parâmetros previstos no cronograma previamente definido pelo docente, baseado nos conteúdos programáticos das disciplinas de PSMAAVC e IEPCC. A realização de pesquisas sobre os temas de Agroecologia e Educação do Campo foi conduzido com o apoio de artigos publicados na revista brasileira de agroecologia e outros sítios digitais. O planejamento das aulas seguiu os procedimentos preconizados no início do ano letivo, fazendo-se uso de aula expositiva, ao qual usamos 4 períodos semanais previstos em carga horária determinada curricularmente. Fizemos o uso de materiais

impressos, quadro, canetão, vídeos do Youtube, atividades de leitura de textos e debates sobre os conteúdos trabalhados.

No âmbito das turmas, estas ações procuraram atender objetivos como: incentivar o conhecimento sobre produção e consumo de alimentos orgânicos, seus benefícios à saúde e ao contexto da agricultura familiar e agroecológica; Promover o debate: sobre os diferentes modelos de produção agrícola e implicações ao meio ambiente, economia e na produção de alimentos. Debater sobre os impactos da mecanização intensiva, uso de agrotóxicos, desmatamento e a destruição dos ecossistemas. A discussão sobre os temas do agronegócio e a agroecologia e as implicações sobre o meio ambiente e economia. Aspectos sobre a atual conjuntura de políticas públicas de incentivo à produção orgânica para o homem do campo. A importância da agricultura familiar, com a disponibilização de materiais impressos, vídeos do Youtube e incentivo à pesquisas na internet sobre estes temas referentes educação do campo e agroecologia.

As ações foram também acompanhadas pelo desenvolvimento de oficinas, onde os alunos desenvolveram de maneira prática alguns dos temas abordados durante as discussões em sala de aula, materializando estes conteúdos na forma de maquetes e construções sustentáveis desenvolvidas dentro da escola e procurando integrar diversas áreas do conhecimento.

Assim, por meio das ações pedagógicas desenvolvidas no decorrer da condução das disciplinas, aliado a intenção do docente enquanto protagonista de um processo pioneiro de ensino em uma escola urbana, que recebe alunos tanto do campo quanto da cidade, mas com forte influência do setor agrícola em seu contexto. Diante disso, finaliza-se as percepções com relação a experiência desenvolvida, identificando os conhecimentos construídos pelos educandos ao longo da trajetória bem como os possíveis impactos educativos gerados neste processo. Além disto, discute-se a forma que estes temas impactaram na relação dos alunos e o meio onde vivem e as questões que os cercam. Pois como, a importância de fomentar ações educativas relacionadas a Educação do Campo e Agroecologia em escolas que possuem vinculação com as populações do campo são de extrema importância educativa.

4 Resultados e discussão

A E.E.E.M. Vicente Goulart foi a primeira escola fundada na localidade, devido as demandas de um povoado que ali surgiu. Seus moradores sentiram a necessidade de alfabetizar seus filhos, então a escola era o referencial educacional cultural e tradicional. A escola tornou-se para a comunidade o centro de tradições, mais tarde desempenhou o papel histórico-político, onde germinou a semente do pensamento, o qual começou o movimento que culminou na emancipação política do município de Itacurubi, esse protagonismo ainda é muito forte na educação do município de Itacurubi-RS, durante a pandemia seus educadores trabalharam de forma remota, sempre estando frente das escolas do município.

A escola Vicente Goulart (Figura 1) localiza-se na cidade de Itacurubi-RS e conta atualmente com 300 alunos regularmente matriculados. Destes 50% são oriundos do campo, vindo de diversas comunidades do município. Alguns dos alunos são oriundos do Assentamento e outros de propriedades pequenas, onde ocorre apenas, a agricultura familiar de subsistência a que está cercada cada vez mais pelo agronegócio da cultivares de soja e trigo. Curricularmente a escola está ancorada nos preceitos das normas e leis federais da política nacional de educação brasileira, em que desempenha suas atividades pedagógicas influenciadas pelas políticas neoliberais de: formar de forma barata, mão de obra barata. A escola não tem cursos técnicos, não existindo no território do município cursos técnicos, e muitos educandos buscam fazer cursos técnicos concomitante ao ensino médio para ter qualificação para o mercado de trabalho em cidades vizinhas.



Figura 1. Escola Estadual de Ensino Médio Vicente Goulart. Itacurubi-RS. Fonte: Rezi, 2022.

As dificuldades encontradas na escola vão desde a questão estrutural como laboratórios, Wi-fi, data show e sala de auditório. Mas a escola está fazendo melhorias em banheiros e fazendo eventos como a noite cultural para alavancar economicamente para buscar sanar estas demandas. A escola também está reformando o Projeto Político Pedagógico (PPP), implantando novas disciplinas como: Tecnologia digitais; Agricultura familiar; Projeto de vida; Idealização e execução de projetos criativos no campo e Produção sustentabilidade meio ambiente e vida no campo.

A escola está atualmente ainda muito influenciada por um modelo de educação bancária, em que as disciplinas estão fragmentada e o aluno tem que se moldar ao mercado de trabalho. Algumas disciplinas como a biologia cederam espaço a outras e esse espaço cedido gerou uma espécie de “biologismo nostálgico” em que os próprios alunos as vezes questionam as novas disciplinas. Muitos professores do corpo docente questionaram essas mudanças, como mudanças de projeto de governo, mas que aos poucos vem ganhando espaço entre os colegas e educandos, que se refletiu na recondução do governador do estado há mais quatro anos, pois a maioria dos professores passaram a apoiar as políticas educacionais adotadas pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Desenvolver esta ação junto a uma escola urbana, que tem grande influência do contexto rural do município, foi um grande desafio, pois o setor pedagógico das coordenadorias e das escolas não tem entendimento do que as disciplinas propostas nesta escola representam para a sociedades. As suas consequências para as futuras gerações que podem desencadear transformações no comportamento e no estilo de vida das relações de produção e consumo de alimentos. A compreensão dos conteúdos programáticos de cada disciplina e a sua interdisciplinaridade entre elas pode melhorar, e clarear o novo sentido desta reforma do ensino médio, só teríamos ganhos pedagógico. Porém percebe-se que falta ainda uma qualificação interdisciplinar para o corpo pedagógico.

A nova concepção pedagógica está muito burocrática, sofrendo com a falta de material didático com recursos para xerox, o que pode melhorar substancialmente que o fazer pedagógico. O governo do estado deve elaborar em conjunto com programa nacional do livro didático livros que tenha conteúdos programáticos das novas disciplinas, isto auxiliaria os professores a desenvolver os conteúdos de forma

mais objetiva, o que sem um material orientador fica mais difícil, principalmente quando não se tem uma formação básica sobre os temas.

O que se percebe é que os docentes estão muito atarefados e cansados e a burocratização normal escolástica cansa muito com avaliação bimestral, que é um retrocesso pelo excesso de avaliação, toma muito tempo pois torna o fazer pedagógico pesaroso, perdendo tempo para realização de projetos e oficinas e o desenvolvimento pedagógico.

O corpo pedagógico pouco reflete e sua condição de responsabilidade educativa, pouco questiona a não ser a questão da precarização da educação que vem sofrendo devido ao efeito da atual gestão governamental. Sentem-se abandonados e desprezados pelas políticas educacionais. As escolas pouco refletem no seu sentido, pois parecem estar em transe, dormente sobre seu papel na sociedade, parecendo, por vezes, estar em um processo vegetativo, somente respondendo aos instintos educacionais, e pouco atuando e formando cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, visto que não existe o estudo da constituição que é a carta maior de civilidade do Brasil. E sem conhecimento destas poucos somos capazes de adquirir cidadania suficiente para implementar todas as outras políticas educacionais.

A busca de seus direitos e responsabilidade para assim refletir as políticas econômicas e educacionais, e as políticas ligadas a EdoC e Agroecologia sofrem nesse contexto. Muitas vezes correndo o risco do seu desenvolvimento cair em sofismos ecológicos, como acontecem com disciplinas que só tem importância porque “caem” no Enem, ou em vestibulares e assim torna-se obrigatório o educando estudar. Percebe-se assim, que a educação bancária e neoliberal está introjetada no DNA pedagógico dos educadores. Isto reflete, inclusive, no currículo nacional comum e bem explicita no projeto político pedagógico e isto ainda está muito longe de ser superado. Não é fácil mudar esta lógica imposta sem uma ação política que venha de cima e de um povo e de uma ação consciente, além de uma conjuntura apropriada.

Entre os desafios encontrados durante o desenvolvimento das disciplinas cito o fato de que muitos educadores do corpo docente desconhecem a Educação do Campo e Agroecologia como algo importante para o contexto das escolas. Mas por ser um projeto piloto de inserção nas redes escolares, e sendo uma política educacional do estado do Rio Grande do Sul, a introdução destes conteúdos causou uma redução nos períodos de disciplinas, como a Biologia. Nesse sentido gerou-se aí

a preocupação de atender os conteúdos ligados ao ENEM, pela preocupação com um possível mal resultado no exame. Essas preocupações foram colocadas pelos colegas bem como pelos alunos, consciente do conteúdo programático e da sua intenção. Neste sentido, um trabalho prévio ao desenvolvimento dos conteúdos foi o de justificar a importância destes para professores e alunos. Sendo que a medida que os conteúdos foram sendo desenvolvidos, através das aulas expositivas, material de apoio e as oficinas, foi clareando horizontes pedagógicos e da sua importância para uma vida cidadã consciente dos preceitos agroecológica.

As inquietações são inúmeras, mas o trabalho docente sempre ocorre nas escolas da rede estadual sem muitos problemas, pois sempre ocorre troca de governo e de política educativa estadual do RS. O corpo de professores sempre acostumado a ser desafiado responde de forma razoável, quando temos algo nos desafiando, pois as mudanças são constantes.

No que se refere aos conhecimentos construídos pelos educandos ao longo da trajetória formativa desenvolvida nesta ação, bem como os possíveis impactos educativos gerados neste processo, considero que durante o processo de desenvolvimento das atividades, foi possível desenvolver um papel conscientizador sobre a produção de alimentos agroecológicos, sem uso de agroquímicos e de forma sustentável, voltado para a preservação das florestas, rios e nascentes, bem como uso consciente do solo na agricultura. Ficou claro nas discussões o papel do agronegócio frente ao modo de produção que usa excesso de agrotóxicos, o uso organismos geneticamente modificados, promove o desmatamento dos ecossistemas, em que se destroem ecossistemas quase por completo. O que historicamente contribuiu, inclusive, para intensificar o êxodo do homem do campo.

Questões sobre a alimentação também transitaram nesta disciplina, a partir das discussões sobre o consumo de bons alimentos, principalmente *in natura*, livre de transgênicos e de venenos. Abordamos sobre a importância da agricultura familiar estruturada nas pequenas propriedades e na produção com mão de obra familiar que é responsável pela produção de uma parcela significativa dos alimentos consumidos. Sendo esta um contraponto ao agronegócio Latifundiário, baseado nas grandes propriedades voltados a produção de commodities para exportação, tutelado financeiramente pelo estado.

Abordamos ainda sobre o modelo de produção agroecológico, ficando claro que a produção em larga escala e a monocultura torna impossível este viés de

produção. Sendo mais voltado para propriedades pequenas em áreas degradadas, ou até da agricultura familiar.

Durante as discussões, foi contextualizado as dificuldades da implantação da agroecologia e também do modo de vida sustentável. Assim como as armadilhas que as indústrias de alimentos fazem para atrair consumidores através do paladar, alimentos altamente energéticos e que são causadores de obesidade e doenças cardíacas e de câncer. A produção e consumo de alimentos saudáveis foi tema e relacionado com agroecologia, bem como agroecologia contribui intimamente com o modo de vida das pessoas. Ressaltamos o modo de vida saudável e de um modo sustentável. Estas discussões foram reforçadas através das oficinas onde foi promovida a construção de maquetes em que trabalhamos questões como energia solar (Figuras 2 A, B e C), coleta de água da chuva, compostagem orgânica (Figuras 2 DE, E e F), separação do lixo e utilização de biodigestores.

As bioconstruções também foram trabalhadas, bem como as formas de construção sustentável, telhado verde, tratamento de águas de esgoto, fossas de evapotranspiração. Assim como as noções de sistema agroflorestal de cultivo, em que procura-se copiar as florestas naturais, em que se usa variedades de plantas umas para proteger e outras para fixar nitrogênio, outras para cobertura do solo e claro as espécies de plantas que vão produzir alimentos desejados.

O contexto brasileiro sobre o agronegócio e sobre produção de alimentos está fora da realidade mundial. O capital determina o modo de produção, o que vai ser produzido no campo, onde os pacotes tecnológicos vêm prontos, o campo altamente mecanizado e baseado na produção de transgênicos. As engrenagens que movem essa realidade opressora aos camponeses, causando miséria e a fome dos povos rurais asfixia as pequenas propriedades. Essa origem está na elite ruralista fascista que detém o poder político, onde controlam os meios de comunicação e os cargos eletivos, os quais reinvestem na mídia para manter o poder e manter as leis que os protegem bem como os incentivos fiscais, esse ciclo se repete e a realidade do estado de coisas mantém a sociedade brasileira bestializada. Infelizmente o povo fica sem saber o porquê da pobreza e da miséria em que vivem, visto que não existem canais onde informar, onde politizar, e assim exigir o fim dos privilégios que historicamente são mantidos levando esgotamento dos recursos naturais e concentração das riquezas, onde o que se compartilha é ignorância e a miséria.



Figura 2 – 2A, 2B e 2C: Maquete sobre projeto interdisciplinar na disciplina de Inglês e PSMAAVC. Fonte: O autor. Figura 2D, 2E e 2F: Construção da composteira pelos alunos do ensino médio na disciplina de PSMAAVC e LEPCC. Fonte: Rezi, 2022.

A conscientização e a politização podem libertar o povo e, buscar produzir, consumir e viver de modo sustentável e agroecológico, combatendo a destruição dos

biomas e preservando o planeta terra é algo fundamental para ser discutido com as novas gerações. Entretanto, romper com ciclo de vida e de produção depende da educação que educandos receberão. Pois serão as futuras gerações as promotoras dessa mudança, não será por decreto ou lei que as pessoas vão mudar o seu modo de vida, mudar seus costumes e tradições. Essa emancipação e mudança de valores frente a essa mudança de paradigma exige um bom tempo, mas que não pode mais ser adiada e está na educação a ferramenta necessária para começar as mudanças no trato com os meios de produção. Essa mudança tem que ser não só no campo, mas na cidade também. Onde em cada ambiente tem que adaptar o modo de vida sustentável, desde separar o lixo como os meios de transporte que menos emitem gases tóxicos por exemplo.

Nesse sentido, ao final do processo desafiamos os alunos a expressar o seu entendimento e percepções a acerca da agroecologia. Pelo que foi apresentada pode-se perceber um avanço em termos conceitual e de percepção sobre a importância deste tema. Abaixo destacamos alguns recortes das repostas apresentadas pelos alunos sobre este entendimento.

De acordo a educanda Lavínia (2022) a agroecologia é “... o estudo da agricultura com um princípio ecológicomais significativo. Nesse tempo que estudamos a agroecologia, passamos por diversas formas de agroecolgia, todas elas visando o uso mínimo de agrotóxicos, e um planeta melhor e uma melhor qualidade de vida.” Conforme Amanda (2022) o termo agroecologia pode ser entendido como “...uma ciência, a agroecologia é um conjunto de práticas agropecuárias ou movimento social que consiste na aplicação de conceitos e princípios ecológicos para o desenho e manejo de agrossistemas sustentáveis. Além de terem em conta o enfoque tecnológico, considera também aspectos socioeconômicos e de desenvolvimento rural como bases essenciais. A agroecologia baseia-se em práticas sustentáveis, que envolvem o manejo ecológico dos recursos naturais e forma de ação coletiva desde sua produção até a circulação de seus produtos. A agroecologia está em constante luta com a agricultura para que seja possível melhora e oferecer qualidade de vida a população com práticas e alternativas agroecológicas e sustentáveis. A agroecologia tem um papel fundamental na agricultura por conta dos diversos benefícios que proporciona, como qualidade de vida, qualidade do alimento, sustentabilidade, realização do trabalho rural, rastreabilidade dos produtos e preservação do meio ambiente. Além de tudo isso, para os agricultores familiares, é uma importante renda

econômica.” Jean (2022) conclui que agroecologia é “...uma forma de agricultura sustentável que retorna as concepções agronômicas anteriores à chamada revolução verde. São chamadas de agroecologia as práticas de agricultura que incorporam as questões sociais, políticas, culturais, energéticas, ambientais e éticas. A agroecologia é uma forma de conhecimento que pretende superar os danos causados à biodiversidade e a sociedade como um todo pela prática da monocultura, de emprego dos transgênicos, dos fertilizantes industriais, comuns na agricultura. A agroecologia é uma ciência que estuda os meios de preservar o meio ambiente e a agricultura.”

Ainda, Thauany (2022), nos expressou que “...a agroecologia se define como aquela que fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo dos ecossistemas preservando os recursos naturais, além de buscar desenvolver agrossistemas com uma dependência mínima de agroquímicos. A agroecologia é o que pretende superar os danos causados à biodiversidade, apoiando a prática da monocultura, e é considerado uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável abandonando os processos agrícolas de maneira mais ampla, atualmente pode ser entendido como um movimento social e político ou coo uma política agrícola.”

Sabe-se que ainda a muito a ser trilhado no ensino com relação a Agroecologia e Educação do Campo nas escolas. Esta experiência é pioneira e recente e ainda há muito que se fazer em âmbito escolar para se construir uma nova identidade de ensino voltada para o campo. Claramente dentro da realidade, para as políticas, a Agroecologia e a Educação do Campo sempre foram sonegadas. Esta é uma dura luta que devemos travar, para que não sejam engolidas pelo modo de produção capitalista que em nome do lucro vende a doença, destruição e um fim apocalíptico para a humanidade. E cada educando é uma semente que poderá frutificar politicamente para as questões do campo e contribuir para o desenvolvimento harmônico e respeitoso entre meio ambiente e sociedade.

4 Considerações finais

Este trabalho apresentado procura apresentar os impactos da introdução de conteúdos relacionados à Educação do Campo e Agroecologia no ensino médio, desenvolvidos em duas disciplinas atualmente previstas no currículo da escola: a disciplina de Produção, sustentabilidade, meio ambiente, análise ambiental e vida no

campo (PSMAAVC) e a disciplina Idealização e execução de projetos criativos no campo (IEPCC) durante o ano letivo. As experiências vividas em sala de aula e nas oficinas durante essa experiência pedagógica inovadora, foram reveladoras e os resultados indicam perspectivas promissoras nas questões da formação cidadã consciente e de responsabilidade sustentável frente a vida e o futuro do planeta.

Atingimos os objetivos aqui propostos e os resultados alcançaram as metas desejadas no que tange a conscientização sobre a agroecologia. Os resultados destes estudos corroboram com a importância destas disciplinas e da necessidade da educação do campo estar nos currículos escolares em todo o Brasil. Este estudo feito na escola na escola E.E.M. Vicente Goulart vem comprovar a necessidade da construção de uma cidadania sustentável e também contribuir para colocar em prática a educação do campo não só no município de Itacurubi/RS, mas servir de referência para todas as escolas estaduais do Rio Grande do Sul, e com certeza um enorme avanço para a educação do campo e agroecologia.

O impacto foi positivo nos educandos o que revela que a agroecologia tem substancial importância para a sociedade, e que serão cidadãos de privilégio de saber de tem plenas condições de ser semeadores dessa visão de mundo diferenciada, enfim ser o diferencial para o futuro do nosso planeta e da humanidade.

Os educandos apresentaram uma transformação quanto ao posicionamento sobre as políticas públicas para o meio ambiente e, também, na responsabilidade quanto as escolhas entre alimentos saudáveis, quanto a sua forma agroecológica de produção, ao modo sustentável ou destrutiva da humanidade produz os seus alimentos muitas vezes com o uso de agrotóxicos.

Percebeu-se também que os educandos possuem condições de decidir entre políticas públicas sustentáveis em relação a produção de alimentos livres de agrotóxicos e agroecológicas, bem como as várias ações sustentáveis. Nesse processo, os alunos adquiriram a competência para distinguir sobre a relação danosa e destrutiva que agronegócio imputa aos ecossistemas brasileiros. Assim, considera-se que o impacto foi positivo através da disciplina de Produção sustentabilidade meio ambiente e vida no campo e Idealização de projetos criativos no campo, (PSMAAVC e IEPCC), o que justifica a importância que essas disciplinas devem fazer parte do currículo nacional comum, sendo essencial a educação, inclusive servindo de exemplo para outros currículos escolares, apesar de que ainda precisa de aprimoramentos.

Por fim, compreende-se que a implementação urgente da agroecologia no currículo nacional comum e a introdução em todas as escolas e consequentemente cursos superiores em educação e saúde, sem dúvidas em cursos de agropecuária constituir-se primordial para que ocorram avanços reais da agroecologia e uma mudança na sociedade e na relação o homem com o meio ambiente. Não há outra forma a não ser introduzir este tema nas redes de ensino fundamental e até o superior.

5 Referências

- AMARAL, C. M.; MATEUS, K. A. O. **Concepções de Educação do Campo: uma revisão sistemática de literatura**. Rev. Bras. Educ. Camp., Tocantinópolis, v. 7, e12925, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12925>
- ASSUNÇÃO, A. S. **A prática da Educação do Campo e os paradigmas agrários na Geografia**. Rev. Bras. Educ. Camp., Tocantinópolis, v. 5, e6698, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e6698>
- BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 nov. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 1996**. Diário Oficial da União, DF, Ano CXXXIV, nº 248. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **PCN: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília.Semetec, 2001.
- CALDART, R. S. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso. Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009 .
- CALDART, R. S. **Educação em Movimento. Formação de Educadoras e Educadores no MST**. Petrópolis, Vozes, 1997. 180 p. Pedagogia do Movimento Sem Terra. Petrópolis, Vozes, 2000. 276 p.
- CALDART, R. S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CALDART, R. S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- GOMES, C.A. **Darcy Ribeiro. Coleção Educadores**, Recife, 2010, p.129-130.
- NUNES, C. **Anísio Teixeira. Coleção Educadores**. Recife, 2010, p.55
- SILVA, M. M., PRADO, R. C. Paulo Freire e educação do campo: práticas pedagógicas para uma educação emancipadora. In: CONGRESSO INTERINSTITUCIONAL BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E DO CAMPO. 2017. Catalão-GO, p. 164-171. **Anais eletrônicos...** Disponível em: < <https://docplayer.com.br/128568028-Paulo-freire-e-educacao-do-campo-praticas-pedagogicas-para-uma-educacao-emancipadora.html>>. Acesso em: 6 setembro. 2022